

**DATAÍSMO, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA: A
INTERSEÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

**DATAISM, INEQUALITY AND DEMOCRACY: THE INTERSECTION BETWEEN
TECHNOLOGY AND SOCIETY**

Anderson Filipini Ribeiro

Mestrando em Direito, pelas Faculdades Londrina. Bacharel em Direito e Teologia. Pós-Graduado em Direito Penal, Direito Militar, Administração e Segurança Pública, e em Direito Civil e Processual Civil. Habilitações linguísticas, nível B1, nos idiomas: Espanhol (DELE), Francês (DELF) e Italiano (CILS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0703783803020290>. E-mail: direito.andersonfilipini@gmail.com <https://orcid.org/0009-0008-5145-2476>

Filipe Mello Sampaio Cunha

Mestrando em Direito, pelas Faculdades Londrina. Bacharel em Direito e Ciências Políticas. Pós-Graduado em Gestão Pública, Gestão de Processos BPM-CBOK, bem como Gestão das Águas e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos no Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4680398321828617>. E-mail: filipemgm@gmail.com

Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya

Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina, 2005-2009. Especialista em Direito Internacional e Econômico, 2010-2011; e em Filosofia Jurídica, 2020-2021, ambas pela Universidade Estadual de Londrina. Mestra em Direito Negocial, pela Universidade Estadual de Londrina, 2012-2014. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, pela Universidade Federal Fluminense, 2015-2018. Advogada inscrita na OAB/PR 59.792. Docente do curso de graduação em Direito da Escola de Direito das Faculdades Londrina (EDFL) e do Programa de Mestrado Profissional em Direito, Sociedade e Tecnologias, pela mesma IES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9731930696524695>. E-mail: naty.alfaya@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-0312-3677>.

RESUMO

O presente artigo explora a interseção entre dataísmo, desigualdade e democracia no mundo contemporâneo. O dataísmo, visão de mundo centrada na primazia dos dados e de sua utilização para otimizar decisões, apresenta desafios importantes para a justiça social e ao funcionamento democrático. A concentração de poder sobre os dados nas mãos de grandes corporações e de governos pode exacerbar a desigualdade social, enquanto o uso de algoritmos opacos ameaça a transparência e a integridade das instituições democráticas. Para mitigar esses riscos, o artigo propõe a implementação de políticas de governança de dados os quais promovem a transparência, a equidade no acesso aos dados e a alfabetização digital dos cidadãos.

Palavras-Chave: Dataísmo. Desigualdade. Democracia. *Big Data*. Algoritmos. Transparência. Ética dos Dados. Governança Digital. Vigilância. Justiça Social.

ABSTRACT

This article explores the intersection between dataism, inequality, and democracy in contemporary society. Dataism, a worldview centered on the primacy of data and its use to optimize decision-making, presents significant challenges to social justice and democratic functioning. The concentration of data power in the hands of large corporations and governments may exacerbate social inequality, while opaque algorithms threaten the transparency and integrity of democratic institutions. To mitigate these risks, the article proposes implementing data governance policies that promote transparency, equitable access to data, and digital literacy for citizens.

Keywords: Dataism. Inequality. Democracy. Big Data. Algorithms. Data Governance. Transparency. Digital Ethics. Surveillance. Social Justice.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a rápida digitalização da sociedade, impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, transformou a maneira como nos relacionamos, tomamos decisões e interagimos com o mundo.

Nesse contexto, o conceito de dataísmo emergiu como uma nova ideologia, propondo que a coleta e a análise de dados sejam fundamentais para otimizar a tomada de decisões em diversas esferas da vida, desde as escolhas cotidianas até as políticas públicas.

O dataísmo, como visão de mundo, sugere que a verdade e a eficiência estão intrinsecamente ligadas à primazia dos dados, muitas vezes em detrimento de fatores humanos, como intuição, emoção e experiência.

Embora o dataísmo ofereça a promessa de mais eficiência e inovação, ele também levanta questões críticas sobre suas implicações éticas e sociais. A crescente concentração de poder nas mãos de grandes corporações tecnológicas e de governos, que controlam vastas quantidades de dados, pode aprofundar desigualdades sociais existentes e fragilizar os fundamentos democráticos. À medida que a sociedade se torna cada vez mais dependente da análise de dados para informar decisões, surgem preocupações sobre a forma como esses dados são coletados, analisados e utilizados, e quem realmente se beneficia desse processo.

Esse artigo explora a interseção entre dataísmo, desigualdade e democracia, buscando entender como essas forças se inter-relacionam e moldam o futuro da sociedade contemporânea. A análise se baseará em diversos exemplos e contextos para ilustrar como a ideologia do dataísmo pode tanto oferecer oportunidades quanto criar desafios significativos. Inicialmente, o conceito de dataísmo será definido e contextualizado, seguido de uma discussão sobre como ele impacta as desigualdades sociais, incluindo o papel que os algoritmos desempenham na perpetuação de preconceitos. A seguir, será abordado o impacto do dataísmo nas instituições democráticas, refletindo sobre a manipulação da informação e as práticas de vigilância. Por fim, o artigo apresentará propostas para uma governança ética dos dados, enfatizando a importância de políticas que garantam transparência, equidade e inclusão no uso de dados.

Por meio dessa análise, espera-se contribuir para um entendimento mais profundo sobre as complexas interações entre tecnologia e sociedade, além de fomentar um diálogo sobre como podemos moldar um futuro em que os dados sirvam para promover a justiça social e fortalecer as instituições democráticas.

I. DATAÍSMO: UMA NOVA IDEOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O termo “dataísmo” foi popularizado pelo historiador Yuval Noah Harari em sua obra “Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã”. Harari descreve o dataísmo como uma ideologia emergente que considera os dados como a principal força motriz que impulsiona decisões e ações em todas as esferas da vida humana. Na essência do dataísmo está a crença de que todas as formas de conhecimento, comportamento humano e fenômenos naturais podem ser traduzidos em dados quantificáveis. Essa ideologia postula que a coleta e a análise de dados são essenciais para compreender e, em última análise, controlar o mundo ao nosso redor (Harari, 2016).

O dataísmo se destaca por colocar os dados no centro do processo de tomada de decisão. Em vez de confiar na intuição, na experiência ou nas emoções

humanas, o dataísmo sugere que decisões baseadas em dados são mais precisas e imparciais. Essa visão é alimentada pela ideia de que os algoritmos podem processar informações de maneira mais eficiente do que os humanos, levando a conclusões que, de outra forma, poderiam passar despercebidas. Nesse contexto, as máquinas e os algoritmos são vistos como as ferramentas mais eficazes para analisar dados, prever comportamentos e otimizar resultados (Williams, 2011).

Esse foco nos dados resulta em uma mudança significativa na maneira como diversas áreas operam. No setor da saúde, por exemplo, a análise de dados pode prever surtos de doenças e melhorar os cuidados ao paciente. Na educação, sistemas de aprendizado adaptativo utilizam dados para personalizar experiências de aprendizado, atendendo às necessidades específicas de cada aluno. Na economia, o uso de *big data* permite às empresas otimizar processos, prever tendências de mercado e personalizar ofertas para consumidores (Rancière, 2014).

Apesar das promessas de eficiência e inovação, o dataísmo também levanta questões éticas e sociais importantes. O foco quase exclusivo em dados pode levar à desvalorização de aspectos humanos cruciais, como empatia e valores éticos. O resultado é uma sociedade que pode se tornar excessivamente dependente da lógica algorítmica, em que decisões críticas são tomadas sem considerar o contexto social ou emocional (Schneier, 2020).

Além disso, a centralização do poder sobre os dados levanta preocupações sobre privacidade e vigilância. Com grandes corporações, como Google e Facebook, controlando vastas quantidades de dados pessoais, há um risco significativo de abuso de poder e de manipulação (Castells, Couldry, Mejias, 2019).

Isso porque o grande crescimento dessas empresas faz com que o Estado possa perder o controle de seus acessos, e as tomadas de decisão possam, assim, ser precipuamente tomadas pelas empresas, e não pela atuação Estatal. Não obstante, devemos destacar que o objetivo das empresas está pautado em faturamento, e não em defenestrar as desigualdades sociais, de modo que além da manipulação ter (VER!!!) o condão de crescer exponencialmente lucros, também seria inviável pelo Estado o seu controle (Andrejevic, 2013).

Esses dados não são apenas coletados, mas muitas vezes utilizados para segmentar e direcionar conteúdos de maneira que possam influenciar comportamentos e opiniões, levando a uma forma de controle social que pode minar a autonomia individual (Zittrain, Zuboff, 2020).

À medida que a sociedade se adapta a essa nova realidade, orientada por dados, surgem novas dinâmicas sociais. O conceito de “fosso digital” se torna cada vez mais relevante, referindo-se à disparidade entre aqueles que têm acesso a tecnologias e dados e aqueles que não têm. Essa desigualdade no acesso à informação pode exacerbar as disparidades sociais, criando uma divisão entre os que podem navegar com eficácia no mundo digital e os que ficam à margem (Srnicsek, 2017).

As práticas de coleta de dados também podem perpetuar preconceitos existentes. Muitos algoritmos são treinados com dados históricos que refletem desigualdades sociais, raciais e econômicas. Como resultado, decisões automatizadas, como, por exemplo, na contratação, na concessão de crédito ou no policiamento, podem reforçar discriminações pré-existentes, prejudicando grupos já marginalizados (Elmer, 2013).

Em suma, o dataísmo representa uma mudança paradigmática na maneira como entendemos a informação e seu papel na sociedade. Embora traga oportunidades significativas para inovação e eficiência, também impõe desafios éticos e sociais que não podem ser ignorados. À medida que a sociedade se aprofunda nessa nova ideologia, é crucial que a discussão sobre suas implicações se intensifique, buscando um equilíbrio entre a otimização da tomada de decisões e a proteção dos valores humanos e sociais essenciais (Friedman, 2024).

2. DATAÍSMO E DESIGUALDADE

À medida que o dataísmo se torna uma força predominante na sociedade contemporânea, suas interações com a desigualdade social emergem como uma questão crítica. Embora a coleta e a análise de dados possam trazer benefícios significativos em diversas áreas, a forma como esses dados são utilizados e quem os controla são fatores determinantes na perpetuação das desigualdades existentes (Mann, Mit, 2018).

No coração do dataísmo está a ideia de que a informação é poder. Entretanto, esse poder não é distribuído de maneira equitativa. As grandes corporações de tecnologia, como Google, Facebook e Amazon, controlam vastos volumes de dados pessoais e comerciais, o que lhes confere uma influência econômica e política sem precedentes. Essa concentração de dados cria um “novo oligopólio” que não apenas molda o mercado, mas também influencia decisões políticas e sociais, exacerbando desigualdades já existentes (Carr, 2010).

Essas empresas têm acesso a informações que podem ser utilizadas para manipular comportamentos, direcionar campanhas publicitárias e até mesmo influenciar processos eleitorais. O poder que esses dados conferem não é neutro; ele pode ser utilizado para marginalizar vozes dissidentes e reforçar a dominação de grupos já privilegiados. A desigualdade de poder em torno dos dados, portanto, contribui para a reprodução de hierarquias sociais (Dijk, 2015).

Além da concentração de poder, o uso de algoritmos alimentados por dados históricos pode perpetuar preconceitos existentes. Muitas vezes, esses algoritmos são projetados com base em dados que refletem desigualdades sociais, raciais e econômicas. Por exemplo, algoritmos de crédito podem ser treinados com dados que historicamente discriminaram grupos raciais ou socioeconômicos. Isso pode

levar a decisões automatizadas que não apenas refletem, mas também acentuam essas disparidades (Morozov, 2018).

Um caso alarmante é o uso de sistemas de justiça preditiva, em que algoritmos analisam dados históricos para prever a probabilidade de um crime ser cometido. Esses sistemas muitas vezes se baseiam em dados que incluem práticas policiais discriminatórias, resultando em uma maior vigilância e punição de comunidades marginalizadas. Assim, o dataísmo não apenas ignora a complexidade das questões sociais, mas também corre o risco de reproduzir e intensificar as desigualdades que deveria, teoricamente, ajudar a resolver (Morozov, 2013).

O dataísmo também acentua a desigualdade por meio do que é conhecido como “fosso digital”. Esse conceito refere-se à lacuna crescente entre aqueles que têm acesso a tecnologias digitais e dados e aqueles que não têm. Sempre que a sociedade se torna mais dependente de dados para tomar decisões, o acesso à informação se torna um fator determinante na inclusão ou na exclusão social (Turkle, 2011).

Indivíduos e comunidades com menos recursos – seja por falta de acesso à internet, à educação digital ou a dispositivos tecnológicos – são deixados à margem em um mundo que se orienta cada vez mais por dados. Essa exclusão digital não apenas limita as oportunidades econômicas, mas também enfraquece a participação cívica e política. Sem acesso a informações cruciais, essas comunidades não conseguem influenciar políticas que afetam suas vidas, perpetuando um ciclo de marginalização e desigualdade (Dreyfus, 2000).

Essas dinâmicas ressaltam a necessidade urgente de considerar a interseção entre dataísmo e justiça social. A promissora utilização de dados para fins sociais e econômicos não deve ser um fim em si mesmo, mas deve ser acompanhada por uma análise crítica sobre quem se beneficia desses dados e como. A luta por uma sociedade mais justa não pode ser dissociada da luta pela equidade no acesso e no uso de dados (Marcuse, 1991).

Políticas públicas que promovam a transparência na coleta e no uso de dados são essenciais. Além disso, a promoção da alfabetização digital e do acesso equitativo a tecnologias deve ser priorizada para garantir que todos os cidadãos possam participar ativamente do mundo digital. Apenas assim poderemos mitigar os riscos de que o dataísmo, em vez de ser uma ferramenta de progresso, se torne um motor de desigualdade (Shafranik, 2020).

Em suma, a relação entre dataísmo e desigualdade é complexa e multifacetada. Enquanto o dataísmo oferece a promessa de eficiência e de inovação, suas implicações podem agravar as desigualdades sociais existentes. A concentração de poder sobre os dados, a perpetuação de preconceitos e o fosso digital são questões que exigem abordagem crítica e proativa. É fundamental que a sociedade como um todo se mobilize para garantir que a era dos dados não seja sinônimo

de desigualdade, mas sim de oportunidade para construir um futuro mais justo e equitativo (Brown, 2009).

3. O IMPACTO DO DATAÍSMO NA DEMOCRACIA

O dataísmo, como uma ideologia que prioriza a coleta e a análise de dados, exerce um impacto profundo e ambíguo sobre as estruturas democráticas contemporâneas. Embora a análise de dados tenha o potencial de aumentar a eficiência governamental e melhorar a gestão pública, também levanta questões significativas sobre a transparência, a manipulação da informação e o fortalecimento ou enfraquecimento dos princípios democráticos (Morozov, 2018).

Um dos aspectos positivos do dataísmo no contexto democrático é sua capacidade de melhorar a gestão pública. A coleta e a análise de grandes volumes de dados podem proporcionar aos governantes informações valiosas sobre as necessidades e as preferências dos cidadãos, permitindo um melhor atendimento das demandas sociais. Ferramentas baseadas em *big data* podem ser utilizadas para identificar padrões, prever crises e desenvolver políticas públicas mais eficazes (O'Neil, 2019).

Nesse sentido, o dataísmo tem o potencial de democratizar a informação, permitindo que os governantes tomem decisões mais informadas e alinhadas com as necessidades da população (O'Neil, 2019).

De outro modo, o uso de dados e de algoritmos também pode ameaçar a transparência e a integridade das instituições democráticas. O acesso desigual à informação e o controle que algumas entidades exercem sobre dados sensíveis podem criar um ambiente propício à manipulação da opinião pública e à desinformação. A personalização de conteúdos e o microtargeting, amplamente utilizados em campanhas políticas, levantam preocupações sobre a manipulação do eleitorado e a erosão do debate democrático (Bauman, 2007).

Um exemplo emblemático disso foi o escândalo da Cambridge Analytica, em que dados pessoais de milhões de usuários do Facebook foram utilizados para direcionar mensagens políticas de maneira a manipular o comportamento eleitoral. Essa prática não apenas comprometeu a integridade do processo democrático, mas também expôs vulnerabilidades nas estruturas de governança de dados e na proteção da privacidade dos cidadãos (Sen, 2001).

A ascensão do dataísmo também está ligada ao aumento da vigilância digital, que pode ser explorada por regimes autoritários para monitorar e reprimir dissidências. Em contextos em que a liberdade de expressão e a participação política são limitadas, tecnologias de coleta de dados podem se transformar em ferramentas de controle social. Países como a China, por exemplo, implementaram sistemas de crédito social que monitoram comportamentos e ações dos cidadãos, recompensando ou punindo comportamentos com base em dados coletados.

Essa forma de vigilância compromete a liberdade individual e limita o espaço para a dissidência política (Andrejevic, 2013).

No entanto, a vigilância não é uma prerrogativa exclusiva de regimes autoritários. Democracias também têm recorrido a medidas de vigilância sob a justificativa de segurança nacional ou combate ao crime. O uso de tecnologias de reconhecimento facial e de sistemas de monitoramento em larga escala levanta preocupações sobre a privacidade e o potencial de abusos por parte do Estado. Assim, a linha entre segurança e controle se torna tênue, gerando um debate sobre os limites da vigilância em sociedades democráticas (Brown, 2009).

Para que a democracia sobreviva e prospere na era do dataísmo, é fundamental promover a alfabetização digital e o engajamento cívico. A capacidade dos cidadãos de compreender e questionar a forma como seus dados são coletados e utilizados é crucial para garantir a transparência e a responsabilização. A educação sobre o uso de dados e algoritmos pode capacitar os cidadãos a se tornarem participantes ativos no processo democrático, não apenas como consumidores de informações, mas também como críticos e agentes de mudança (Brown, 2009).

Além disso, as políticas públicas devem ser adaptadas para garantir que a coleta e o uso de dados respeitem os direitos humanos fundamentais, incluindo a privacidade e a liberdade de expressão. Isso implica a necessidade de regulamentações que promovam a transparência algorítmica e limitem a concentração de poder sobre dados em mãos de grandes corporações. É necessário criar um ambiente em que a tecnologia e os dados sirvam aos interesses da sociedade e da democracia, em vez de serem utilizados para miná-los (Sen, 2001).

O equilíbrio entre aproveitar os benefícios do dataísmo e proteger os valores democráticos fundamentais é um desafio central para a sociedade contemporânea. Portanto, é imperativo que as discussões sobre a interseção entre dataísmo e democracia se intensifiquem, promovendo uma governança ética dos dados e um fortalecimento da participação cidadã (Bauman, 2007).

4. O FUTURO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Ao avançamos para uma era dominada pelo dataísmo, a interseção entre dados, tecnologia e sociedade traz à tona uma série de desafios e de oportunidades. Embora o potencial dos dados para transformar a sociedade seja imenso, é crucial abordar as implicações éticas, sociais e políticas que emergem desse novo paradigma, esses são os principais desafios que a sociedade deve enfrentar, e as oportunidades que podem ser aproveitadas para garantir que o futuro do dataísmo (Shafranik, 2020).

Devemos analisar a preocupação que cerne na concentração de dados em grandes corporações e governos. Essa dinâmica não apenas amplia as disparidades

econômicas, mas também pode levar à manipulação política e à erosão da confiança nas instituições democráticas (Elmer, 2013).

A crescente coleta de dados pessoais suscita questões cruciais sobre privacidade. O aumento das práticas de vigilância, tanto por governos quanto por empresas, pode resultar na erosão dos direitos individuais. O desafio será encontrar um equilíbrio entre a segurança e a proteção da privacidade dos cidadãos, implementando regulamentações que garantam o uso ético e responsável dos dados (Zittrain, Zuboff, 2020).

O fosso digital continua a ser uma barreira significativa. Cada vez mais os aspectos da vida cotidiana se tornam mediados por dados, aqueles sem acesso a tecnologias digitais correm o risco de serem marginalizados. O desafio consiste em garantir que a inclusão digital seja uma prioridade, proporcionando acesso à internet, habilidades digitais e recursos tecnológicos para comunidades sub-representadas (Dijk, 2015).

O monopólio de dados por grandes empresas dificulta a transparência em relação a como os dados são coletados, processados e utilizados, e pode levar à desconfiança pública. Ademais, implementação de algoritmos deve levar em consideração desigualdades e padrões sem vícios para que possam mitigar os riscos de discriminação e de manipulação. No entanto, estabelecer padrões e diretrizes claras sobre o uso de dados e a ética algorítmica é um desafio complexo que requer a colaboração entre diferentes setores da sociedade (Andrejevic, 2013).

Contudo, em meio às dificuldades de sua implementação e publicidade, a análise de dados pode levar à descoberta de novos insights que possibilitam a resolução de problemas sociais complexos. Isso porque a utilização de dados para monitorar e combater pandemias pode resultar em melhores respostas a crises de saúde pública, enquanto análises em tempo real podem melhorar a eficiência na alocação de recursos em setores críticos (Brown, 2009).

A maior conscientização populacional por meio do conhecimento fornecido pela *big data* faz com que também sejam possíveis maiores mecanismos de controle, permitindo mais efetividade nas ações estatais e na cobrança do poder outorgado por seus cidadãos (O'Neil, 2019).

É possível que diretrizes garantam o uso responsável dos dados, promovam práticas que respeitem os direitos humanos e incentivem a justiça social. Essa abordagem pode levar à criação de um ecossistema de dados mais inclusivo e ético (Turkle, 2011).

O futuro do dataísmo é uma questão complexa que envolve uma série de desafios e de oportunidades. Para garantir que essa nova era não resulte em um aumento da desigualdade ou na erosão dos valores democráticos, é essencial que a sociedade adote uma abordagem proativa em relação à governança dos dados, promovendo a inclusão, a transparência e a ética. O equilíbrio entre inovação e responsabilidade será fundamental para moldar um futuro em que o dataísmo

não apenas melhora a eficiência e a eficácia das decisões, mas também promove justiça social e a participação cidadã. A forma como enfrentamos esses desafios e aproveitamos essas oportunidades determinará o impacto do dataísmo na sociedade e seu papel na construção de um mundo mais justo e democrático (Dreyfus, Drainville, 2000).

CONCLUSÃO

O dataísmo, enquanto ideologia emergente, representa uma transformação sem precedentes em como compreendemos e interagimos com o mundo ao nosso redor. Com a capacidade de coletar, analisar e interpretar grandes volumes de dados, essa visão promete otimizar decisões e processos em diversos setores, desde a saúde até a administração pública. No entanto, a sua ascensão não ocorre sem riscos significativos, especialmente no que diz respeito à desigualdade social e ao funcionamento da democracia (Harari, 2016).

Os debates sobre o dataísmo nos levam a refletir sobre a concentração de poder que os dados conferem a grandes corporações e governos. Esse controle centralizado pode exacerbar disparidades sociais, tornando a desigualdade uma característica ainda mais presente em nossas sociedades. As decisões algorítmicas, frequentemente opacas e baseadas em dados que podem conter preconceitos históricos, têm o potencial de marginalizar comunidades e perpetuar discriminações. Além disso, a manipulação da informação e o uso de tecnologias de vigilância ameaçam os fundamentos da democracia, criando um ambiente em que a liberdade individual é comprometida, e a participação cidadã se torna desigual (Zittrain, Zuboff, 2020).

Diante desses desafios, a necessidade de uma governança ética dos dados se torna crucial. É fundamental que desenvolvamos políticas públicas que promovam a transparência, a equidade no acesso às informações e a alfabetização digital. A promoção de um diálogo ético sobre o uso de dados é igualmente importante, garantindo que princípios fundamentais, como a privacidade e os direitos humanos, sejam respeitados (Andrejevic, 2013).

O futuro do dataísmo, portanto, não é um destino inevitável, mas uma construção social que depende das escolhas que fazemos hoje. A responsabilidade recai sobre todos nós – governos, empresas e cidadãos – para moldar um ambiente digital que promova a justiça social e fortaleça a democracia. Ao equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos valores democráticos, podemos aspirar a um mundo em que os dados não sejam apenas instrumentos de controle, mas sim ferramentas de empoderamento e de inclusão. É essencial que trabalheemos juntos para garantir que a era dos dados seja marcada por equidade, transparência e respeito mútuo, assegurando que todos possam se beneficiar de um futuro digital justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ANDREJEVIC, Mark. **Infoglut: how too much information is changing the way we think and know**. New York: Routledge, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BROWN, Tim. **Change by design: how design thinking creates new alternatives for business and society**. New York: HarperBusiness, 2009.
- CARR, Nicholas. **The shallows: what the internet is doing to our brains**. New York: W.W. Norton & Company, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DIJK, Jan van. **A rede social: os aspectos sociais da internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- DREYFUS, Hubert L.; DRAINVILLE, H. L. **On the Internet**. New York: Routledge, 2000.
- ELMER, Greg. **Profiling machines: mapping the personal information economy**. New York: MIT Press, 2013.
- FRIEDMAN, Uri. **The data-driven world**. In: **The Atlantic**. Disponível em: <https://www.theatlantic.com>. Acesso em: 25 set. 2024.
- HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MANN, Steve. **Cyberspace and the real world: the ethics of online surveillance**. Cambridge: MIT Press, 2018.
- MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society**. Boston: Beacon Press, 1991.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOROZOV, Evgeny. **To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism**. New York: PublicAffairs, 2013.

O'NEIL, Cathy. **Armas de destruição matemática: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia.** Rio de Janeiro: Autêntica, 2019.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIER, Bruce. **Dados e poder: como a vigilância digital ameaça a democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SHAFRANIK, Evgeny. **Digital nomads: how the new era of technology is changing the way we live and work.** Oxford: Oxford University Press, 2020.

SRNICEK, Nick. **Plataformas digitais e o capitalismo.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TURKLE, Sherry. **Alone together: why we expect more from technology and less from each other.** New York: Basic Books, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Comunicações e poder.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ZITTRAIN, Jonathan. **The future of the internet and how to stop it.** New Haven: Yale University Press, 2008. ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido em: 21/02/2025

Aprovado em: 15/03/2025